

# COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

## PROJETO DE LEI Nº 3.264, DE 2020

Altera a alínea "a", do inciso III, do §1º, do artigo 15, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

**Autor:** Deputado JERÔNIMO GOERGEN

**Relator:** Deputado DR. FREDERICO

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.264, de 2020, de autoria do nobre Deputado Jerônimo Goergen, propõe a alteração da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, de modo a excetuar as farmácias do grupo de empresas tributadas pela prestação de serviços em geral com o percentual de 32% aplicado sobre a receita bruta auferida mensalmente para compor a base de cálculo do imposto.

Como justificativa à iniciativa, o autor argumenta que a Lei nº 9.249/1995 fixa o percentual de 8% (lucro presumido), aplicado sobre a receita bruta mensal, para a obtenção da base de cálculo do imposto sobre a renda dos prestadores de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, desde que a prestadora destes serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e sujeita às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Aduz que a referida lei deixa claro, nessa excepcionalidade, o reconhecimento da essencialidade dos serviços prestados por empresas que atuam na área de



assistência à saúde sujeitas às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

O proponente acrescenta que a Lei nº 13.021/2014 define a farmácia como um estabelecimento de prestação de serviços, destinado a prestar assistência farmacêutica, à saúde e orientação sanitária individual, sendo indiscutível a essencialidade dessas atividades, a exemplo daquelas já previstas na Lei nº 9.249/95. A autorização, em virtude da ampliação dos meios de combate à covid-19, para que as farmácias prestem serviços de aplicação de vacinas, de testes de triagem da covid-19 e aferição de temperatura corporal e pressão arterial sistêmica demonstraria, segundo o autor, a importância das farmácias, o que ensejaria um tratamento fiscal adequado.

O autor ainda esclarece que a proposta não trata de renúncia fiscal e não altera o tratamento tributário aplicável às farmácias atualmente, pois a ideia é que os novos serviços incorporados nas atribuições desses estabelecimentos, não ensejem a mudança de faixa de alíquotas. Isso porque as farmácias, hoje, são classificadas como revendedoras de produtos e por isso já recolhem com as bases estimadas de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL). O proponente alega que, ao passarem citados estabelecimentos a realizarem a prestação de serviços, poderiam ser enquadrados no dispositivo que prevê alíquota de 32%, o que seria injusto.

A proposição foi distribuída para a apreciação conclusiva das Comissões de Seguridade Social e Família – CSSF; Finanças e Tributação – CFT (Mérito e Art. 54, RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (Art. 54 RICD).

No âmbito desta CSSF, durante o decurso do prazo regimental não foram apresentadas emendas à matéria.

## II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de Projeto de Lei destinado a enquadrar as farmácias nas exceções de serviços previstas na alínea "a", do inciso III, do §1º, do artigo



15, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que trata de percentual diferenciado para a definição da base de cálculo do imposto sobre a renda dos prestadores de serviços em geral. A esta Comissão cabe a avaliação do mérito da sugestão para o direito à saúde.

Como visto no Relatório precedente a este Voto, a ideia da proposta é evitar a mudança de alíquota utilizada para a obtenção da base de cálculo do imposto sobre a renda a ser recolhido pelas farmácias, que poderia ocorrer com a realização de serviços de aplicação de vacinas, exames diagnósticos para detecção da covid-19 e aferição de temperatura e pressão arterial. As farmácias são classificadas como revendedoras de produtos para os efeitos de tributação e devem observar o art. 15 da Lei n.º 9249/95 para obter a base de cálculo do imposto sobre a renda, exceto os estabelecimentos enquadrados no SIMPLES.

De acordo com esse dispositivo, aplica-se o percentual de 8% sobre a receita tributária auferida mensalmente para definir a base de cálculo do IRPJ. Entretanto, o §1º, inciso III, do referido artigo, aumenta para 32% o percentual citado para as atividades de prestação de serviços em geral, mas excetua dessa majoração alguns serviços da área de saúde sujeitos à vigilância sanitária, como serviços hospitalares, de diagnóstico, de terapia, patologia e medicina de imagem e análises clínicas e patológicas, não fazendo exceção às farmácias. O receio do autor, a nosso ver procedente, é de que, a prestação de serviços de aplicação de vacinas e testagem para a covid-19, feitas pelas farmácias, alterem o regime de tributação desses estabelecimentos e majorarem a carga tributária.

Obviamente que os aumentos de custos suportados por estabelecimentos comerciais são repassados aos preços de seus produtos para a recomposição do equilíbrio dos lucros. Assim, o impacto da elevação de tributação pode acarretar no aumento dos preços de produtos essenciais na prevenção, recuperação e manutenção da saúde da população, o que levaria ao aumento nas restrições de acesso aos bens e serviços essenciais à garantia do direito à saúde, algo indesejável em um cenário de normalidade e bem pior quando a sociedade enfrenta uma pandemia, que já causou a centenas de milhares de brasileiros.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Frederico

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212077680500>



Dessa forma, considero que a iniciativa do nobre Deputado Jerônimo Goergen é meritória para o direito à saúde e para o sistema de saúde brasileiro, razão que recomenda o seu acolhimento.

Ante o exposto, VOTO pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.264, de 2020.

Sala da Comissão, em        de        de 2021.

Deputado DR. FREDERICO  
Relator

